

O AGIR ECONÔMICO E A MORTE DO MERCADO

*Arnaldo Fortes Drummond**

RESUMO

Este artigo postula a *morte do mercado*, tomado como o princípio absoluto de equilíbrio da ciência econômica, previsto pelo pensamento liberal. Aristóteles vincula a Economia ao saber da *práxis* moral e política. E considera o Mercado *meio* do fazer econômico para suprir as carências humanas. Adam Smith separa o princípio do fazer econômico do princípio do agir moral, que não é ciência. O fato do Mercado ganha independência na ciência e torna-se *fim*. A autonomia do Mercado absorveu a autonomia humana do agir e ele se tornou o princípio absoluto que orienta o fazer e o agir. Impõe-se, pois, revogar o Mercado no reencontro da *práxis* aristotélica em que o agir econômico vincule a Economia ao destino humano.

Palavras-chave: Filosofia da Economia, Ética e Política na Economia, Filosofia Política da Economia.

ABSTRACT

This article postulates the death of the market, taken as the absolute principle of balance of the economic science, foreseen by the liberal thought. Aristotle links the Economy to the knowledge of the moral and political *praxis*, and considers the Market as a means for doing economic to supply the human wants. Adam Smith separates the principles of doing economic and the principles of moral acting. The fact of the Market wins independence in the science and it becomes an *end*. The autonomy of the Market absorbed the human autonomy of acting and it became the absolute principle that guides doing and

* Professor Adjunto do Departamento de Filosofia - FAFCS/UFU.

acting. When Aristotelian praxis is rediscovered, in which Economy and human destiny get together in economic acting, the Market should be revoked.

Key-words: Philosophy of the Economy, Ethics and Politics in Economy, Political Philosophy of Economy.

Este artigo visa a demonstrar duas hipóteses.¹O princípio de Mercado com o qual Adam Smith fundamenta a criação da ciência econômica moderna não se sustenta. E o saber econômico não se desvincula da filiação ético-política como foi inicialmente formulado por Aristóteles.

O pensamento econômico de Adam Smith está sistematizado n' *A riqueza das nações* — obra volumosa, à maneira de tratado, cujos originais ultrapassam mil páginas —, enquanto os escritos econômicos aristotélicos são apenas poucas páginas da *Ética a Nicômaco* 5.5 e da *Política* 1.3-5. Apesar de minúsculo e ter dois mil e quinhentos anos aproximados, o texto aristotélico se impõe sobre a obra agigantada de Smith que já foi considerada a Bíblia dos economistas do século XIX e permanece revigorada pela atual vaga neoliberal.

O que os fez desigualar em importância na história do pensamento?

Para responder a esta questão, impôs-se o desafio de investigar os fundamentos filosóficos do pensamento de ambos.

A compreensão do texto econômico de Aristóteles só se torna possível através da análise do seu pensamento filosófico. As categorias econômicas que utiliza, tais como *valor*, *troca*, *dinheiro*, *riqueza* são formuladas segundo o saber ético e político os quais, por sua vez, estão subsumidos à metafísica que é a matriz organizadora do pensamento científico clássico. A metafísica da *substância* é a concepção de ciência com a qual Aristóteles vai caracterizar a Economia como saber do agir e do fazer econômico.

¹ Baseado na tese de doutorado do autor do artigo, *Morte do Mercado: ensaio do agir econômico*, defendida em março de 2002 na Universidade Gama Filho.

Modelo teórico de saber, a *substância* é de onde ele parte para fazer a principal e mais ampla indagação sobre o objeto a ser investigado: o que é a substância do Ser? E no caso do objeto em questão, o que é a substância do ser da Economia?

O objeto da Economia refere-se *substancialmente* à ação social humana aplicada ao fazer produtivo a fim de suprir necessidades e carências. O saber que trata do agir humano é o saber da *práxis*. Seus domínios principais são a Ética e a Política. O saber que trata do fazer produtivo é o saber da *poíesis* que é, por excelência, o domínio da técnica. Desse modo, o objeto da ciência econômica é *praxiológico* e *poiético*.

As referidas categorias econômicas são examinadas, portanto, à luz da metafísica, ética, política e técnica. Nesta abrangência que envolve o ser da Economia em começo, meio e fim, a ciência econômica aristotélica pôde construir um sistema que resiste ao tempo.

De outra forma, Adam Smith constrói uma ciência especializada nos moldes da Modernidade que o empirismo buscou aprofundar. Fundamentado numa nova concepção filosófica e moral, o pensador e moralista Smith separa e autonomiza o objeto da Ciência Econômica. Ele não mais irá submeter à investigação o ser da Economia na abrangência proposta por Aristóteles. E suas categorias econômicas fundamentam o fato objetivo – e presente, portanto – no universo econômico. A *troca* metafísica, visando ao intercâmbio convencional de necessidades, conforme o modelo aristotélico, transforma-se em *fato objetivo* de Mercado que se submete ao cálculo exato de caráter impessoal.

A ciência de Smith separa-se da moral, e ambas serão tratadas de maneira distinta. A ciência implica a demonstração exata do fato objetivo e não possui finalidade *a priori*. A moral, por outro lado, não pode ser demonstrada porque seu princípio não é racional, mas decorre do sentimento.

Smith não apenas separa *moral* e *ciência*, mas as sistematiza em dois tratados específicos. O primeiro intitula-se *Teoria do sentimento moral* e foi publicado em 1759. Nele é que se desenvolve uma teoria do sentimento humano, aplicada ao melhor convívio moral. Não é exatamente ciência na concepção smithiana porque o sentimento não é objeto de demonstração. Mas sua teoria invoca cientificidade à

medida que a convivência moral, naturalmente impulsionada pelo sentimento da simpatia, busca organizar e escolher meios a fim de tornar mais sociável tal convivência.

O sentimento é o princípio absoluto na teoria do *moral sense* da qual Smith foi um dos protagonistas, em sucessão a Hutcheson e Hume.

Do pensamento *humiano*, Smith extraiu o sentimento da *simpatia*, desenvolvendo-o na teoria do espectador *imparcial* (observador) cujo germe surgira em Hutcheson e, sob forma incipiente, também em Hume. No entanto, Smith ampliou e conferiu importância nuclear à simpatia na teoria moral. Reformulando a dimensão psicológica e individualizada que lhe dera Hume, ele identifica afecção social à simpatia a fim de reforçar o caráter moral de sua teoria.

Há sempre um espectador *imparcial* (observador) em cada pessoa que elabora algum julgamento sobre a conveniência, adequação ou inadequação de determinada conduta. Através da sociabilidade baseada no sentimento da simpatia, este observador desenvolve a *capacidade* de imaginar-se através do outro. Esta capacidade se constitui em nível de percepção e não, juízo, fruto do senso de conveniência do sentimento da simpatia.

Tal senso é capaz de adequar à *simpatia* o valor social da ação. A percepção do que convém socialmente procede da *crença* no hábito, desenvolvido pelo observador imparcial, de imaginar a experiência socialmente exitosa.

Smith aprofundou e autonomizou o conceito de simpatia na teoria do *moral sense*. A simpatia é o principal sentimento de caráter social que faz todo ser humano individual procurar *naturalmente* o outro em busca de intercâmbio. Inata à condição humana que torna o indivíduo um portador *natural* de sociabilidade, a simpatia gera, portanto, a convivência ética. É da natureza humana buscar, então, a melhor organização socioeconômica, fiel ao sentimento social da simpatia que sempre a acompanha.

O indivíduo *naturalmente* moral compensa a desordem institucional externa a si. Isto é válido para as instituições públicas e da sociedade civil em geral, incluindo-se as instituições econômicas, sobretudo o mercado.

O agir moral de Smith estimula a independência da Economia mas neutraliza a Política como instância independente do agir porque absorve sua função no interior do agir moral.

Smith pôde construir uma racionalidade econômica baseada no princípio de liberdade de mercado porque sua concepção de equilíbrio social se sustenta no indivíduo *naturalmente* ético. O moralista Smith cairia em ceticismo moral caso defendesse o princípio da liberdade na teoria econômica sem, antes, justificá-lo em sua teoria moral.

Uma vez que o indivíduo moral sustenta as instituições econômicas, a virtude deveria consistir em promover a livre iniciativa desse indivíduo na Economia a fim de que expresse *naturalmente* seu sentimento social. Isto posto, à maior liberdade corresponde maior sociabilidade; quanto mais livre o agir na Economia, mais se manifesta a natural condição humana.

O outro tratado, *A riqueza das Nações*, é a obra que consagrou Smith. Foi publicada em 1776, quase vinte anos após seu tratado moral. Nela, Smith sistematiza a ciência econômica através de categorias que possam representar o fato econômico. E o Mercado é o fato, por excelência, que representa a regulação da vida econômica.

Tendo no fato empírico a representação de ciência, a teoria econômica de Smith, conhecida como Economia Política Clássica, ficou destituída da metafísica da substância e do vínculo moral e político com que Aristóteles buscou fundamentá-la. As categorias dessa ciência, mesmo conservando a denominação aristotélica, não guardam a mesma acepção.

A ciência representada pelo fato é baseada na metafísica de Hume da qual Smith foi seguidor. Esta metafísica separa *fato* de *valor*. Do *fato* procede a ciência; do *valor*, a moralidade. Do primeiro, é possível a demonstração exata na proposição *é*, pois o fato *é*. Da moral, em que não é cabível a proposição *é*, e sim, *deve ser*, é possível deduzir conveniência, utilidade e interesse mas nunca, a certeza posto que não há objetividade *imediata* em algo que deve ser.

Há um princípio de sociabilidade que identifica a antropologia de Smith à de Aristóteles. Entretanto, em Aristóteles, a sociabilidade não é produto exclusivo do sentimento. Ela integra o animal político,

o *zoon politikon*, de que é feito o ser humano. E se vincula sobretudo à parte singular deste ser que é sua alma racional. Assim, a natureza racional, expressa na liberdade do agir, fundamenta a sociabilidade aristotélica que é objetivamente moral e política.

A sociabilidade de Smith, ao contrário, está imersa no sentimento da simpatia. O agir moral não provém da liberdade racional, mas da impulsividade do desejo e das emoções. A subjetividade do agir é que fundamenta a moral subjetiva, vinculada ao sentimento do agente social. A sociabilidade não convoca a Política como parceira indispensável. Na verdade, esvazia-a, tendo em vista que o sentimento da simpatia por si só, sem, portanto, o concurso imprescindível da Política, explica a sociabilidade. Por não valorizar esse operador social que é a Política, o ser humano, naturalmente sociável, prescinde de uma instância política específica para representá-lo socialmente. Em decorrência disso, Smith resiste em aceitar o Estado, instância que trata da Política, e seu papel na organização econômica. Desse modo, o Estado é meramente administrativo na teoria econômica de Smith, na acepção negativa de mal necessário que atua em circunstâncias ainda não resolvidas pela sociedade.

Postos tais desafios que tratam o mesmo objeto - a Ciência Econômica - em concepções filosóficas e morais distintas, torna-se necessário confrontá-las ainda que em breve abordagem à maneira de um ensaio.

A filosofia de Aristóteles e Smith demarca respectivas concepções de ciência.

A ciência de Aristóteles está formulada sobretudo na *Metafísica*, como foi posteriormente denominada. Embora propositalmente polissêmica, esta obra revela verdades absolutas como a identificação da categoria substância no eixo heurístico e hermenêutico da Ciência Clássica.

A *Metafísica* trata o conhecimento científico segundo quatro principais *chaves* de compreensão²: causas ou *aitiologia*, ser ou *ontologia*, substância ou *ousiologia*, Deus ou *teologia*.

² Cf. Giovanni Reale, Ensaio introdutório à *Metafísica*.

Como todas elas dizem respeito ao *ser enquanto ser*, a problemática do Ser ocupa o centro da reflexão metafísica: *ser por si* (categorias ou atributos essenciais do ser); *ser, ato e potência*; *ser, princípio de identidade* (lógico, gnosiológico); *ser, acidental ou fortuito* (alteridade).

A substância é a categoria que mais aproxima o Ser de sua permanência. Por isso, a reflexão *filosófica* converge para a substância do Ser. E em torno do padrão de inteligibilidade da *substância* são definidas as três formas básicas em que se divide o objeto da ciência clássica: *theoria, práxis e poíesis*.

Qual é a substância do Ser da Economia?

Aristóteles a identifica na *troca*, pois toda economia pressupõe o trocar. E qual a substância do saber econômico? É o valor econômico, sem o qual não há como fundamentar a troca. O valor econômico é, pois, a categoria sobre a qual recai a substância da investigação econômica. A problemática desta categoria é o tema central da *Ética a Nicômaco* 5.5 que vai dedicar-se, portanto, à ontologia do saber econômico. E a troca é o tema nuclear da *Política* 1. 3-5. A metafísica aristotélica vai caracterizá-la segundo a relação ato-potência, tendo em vista que a troca é um pressuposto do ato do valor econômico.

O objeto da Economia, subentendido na substância da troca e do valor econômico, é tratado pela racionalidade da *práxis* e da *poíesis*, isto é, do agir humano e do fazer econômico.

Mas o fazer econômico não se desvincula do agir humano nas categorias da ciência aristotélica. Há sempre uma determinação valorativa no fazer poiético prevista por um tipo de *finalidade*. No fazer econômico, também há uma dialética entre o conhecimento universal, que se expressa na técnica, e a aplicação prática deste conhecimento que subentende dom ou virtude em quem o executa: a técnica expressa a virtude *conhecedora* do fazer cuja racionalidade é a *vocação produtiva* que há em produzir.

Desta maneira, o *saber ético* compõe o núcleo do *saber econômico* na ciência aristotélica.

Visto que, na metafísica aristotélica, a técnica é saber determinado axiologicamente, o fazer da Economia vincula-se a valor moral e é conceptualizado não como *fazer econômico* em geral ou ciência econômica abstrata, mas como *fazer vinculado* ao modelo praxiológico do agir.

Foi Aristóteles quem primeiro pensou e sistematizou categorias específicas relacionadas ao fazer produtivo sem reduzi-las a *ethos familiar*, como em Xenofonte, ou *ethos político*, em Platão.

N'O *econômico* de Xenofonte, a *economia* ainda é entendida como tema de ética familiar. Nela, o *fazer* econômico se identifica com o *agir* moral uma vez que se refere aos costumes ou deveres de natureza administrativa aplicados ao desempenho familiar, visando à perfeição e felicidade próprias ao padrão de ordem familiar.

Platão também não dissocia o fazer econômico do agir moral. Por isso, a análise dos fatos econômicos e da experiência em geral na *República* e em *Leis* atém-se à finalidade ética da polis.

Em *Leis*, entretanto, Platão apresenta, pela única vez, uma legislação ampla e minuciosa sobre problemas concretos relacionados à organização econômica os quais devem fazer parte da formação do governante. Neste seu último diálogo, considerado o mais pragmático, Platão já não visa à *polis* ideal da *República*, mas ao mais próximo possível do ideal. Neste Estado possível e razoável de *Leis*, o rigor ético de Platão abre espaço para o reconhecimento do saber especializado da Economia como fundamento da melhor ordem pública. Esse reconhecimento, contudo, ainda permanece indissociado de *ethos público*.

Com Aristóteles, a categoria *valor econômico* é sistematizada pela primeira vez. Ela compreende *valor-de-uso*, ou a qualidade de um bem, e *valor-de-troca*, ou a quantidade em que esse bem se expressa como meio de troca.

Esta categoria é o núcleo conceptual de onde provêm as noções de *comércio*, *dinheiro*, *riqueza*, *juros* e *produtividade*. Ao identificar tais categorias que compõem o saber econômico, Aristóteles foi o precursor do que se tornou, a partir do século XVII, a primeira das ciências humanas, a *Economia Política Clássica*.

Ele identificou três das quatro funções básicas do dinheiro – *meio de troca*, *equivalente geral de valor*, e *reserva de valor*, permanecendo a mais completa teoria monetária até final do século XIX, segundo o historiador da Economia Joseph Schumpeter.

Apesar do reconhecimento da paternidade aristotélica, nenhum pensador econômico moderno conseguiu entender o significado da categoria valor. Quem diz isto é Scott Meikle, no seu livro *O pensamento econômico de Aristóteles*, de 1995.

A teoria econômica moderna, desde a Economia Política Clássica, assimilou o valor equivocadamente como relação exata de troca.

Isso nega inteiramente o fundamento metafísico da troca, ou seja, não há troca possível entre bens distintos se a sociedade não a convencionar porque a qualidade que distingue um bem é um atributo irreduzível a outro bem. Logo, o valor de troca de um bem não é equivalência exata com outro bem distinto, mas correspondência *analógica* entre os mesmos.

A redução de valor econômico a cálculo exato, como faz a teoria econômica moderna, retira a Economia do eixo epistemológico da *práxis* e a transfere para a ciência de leis naturais e rigorosas em cujo cálculo quantitativo e matemático deve expressar-se. Esta ilusão cartesiana, produto da metafísica moderna que considera ciência apenas a demonstração evidente, desfigura o fundamento do cálculo econômico analógico proposto por Aristóteles. E o princípio absoluto de regulação, atribuído ao fato de mercado, contradiz o pressuposto empirista de onde partiu Smith para sistematizar essa teoria. A teoria econômica, portanto, não se sustenta nem no cálculo exato, nem no cálculo empírico, e, sim, no cálculo praxiológico previsto sobretudo na relação ético-política da sociedade.

Esta conclusão torna abissal a distância entre a teoria do valor econômico de Aristóteles e a de todos seus intérpretes modernos sem exceção, incluindo Marx, quem mais se aproximou da formulação aristotélica.

O cálculo praxiológico do valor econômico proposto por Aristóteles já se evidencia na troca simples, sem a intermediação do dinheiro, como no seu exemplo conhecido: uma casa equivalendo a cinco camas. Sendo bens irreduzíveis devido à qualidade distinta, não poderiam ser *naturalmente* trocados porque não pode haver a comensurabilidade exata entre coisas irreduzíveis. Isto só ocorre através de uma comensurabilidade analógica que Aristóteles denominou *chreia*, proveniente da vida social cuja organização ético-política permite convencionar meios e medidas de troca de bens desiguais.

Embora não haja uma definição aristotélica de *chreia*, este termo não é medida econômica como foi equivocadamente traduzida desde o final do século XIX. Ele é formulado na *Ética a Nicômaco* em

duas acepções: “o que mantém as coisas juntas” (*sunnechei*), e “as coisas trocadas não são medidas entre si” (*summetra*). Na conceptualização mais próxima do emprego aristotélico, *chreia* é a condição que mantém as pessoas juntas, sendo a troca fator indispensável dessa agregação. *Chreia*, portanto, é atributo de qualidade e não, medida ou quantidade.

Nesta acepção qualitativa de *manter juntas as pessoas na relação de troca*, *chreia* é a condição social prévia à realização da comensurabilidade. Como a qualidade do bem é irreduzível a valor de troca, torna-se necessário convencionar socialmente um critério de *objetividade* a fim de se realizar a troca. A Moral e a Política são os domínios por excelência dessa convenção que estabelece valor analógico e não, exato, para avaliar socialmente os bens.

A troca é *meio*; e não, *fim*. Aristóteles não tomaria uma instância-meio como base de explicação do mundo econômico que é sobretudo vinculado a fim ético e político!

Já Smith, ao destituir a moral de *objetividade* racional e social, reduz à objetividade do *fazer o ser da Economia* que, no modelo aristotélico, é identificado na sua integralidade *teórica, prática e técnica (poiesis)*.

Assim, embora a Moral seja fonte indispensável do equilíbrio social, seu princípio é subsumido *privadamente* no sentimento do agente econômico, permitindo a Smith tratar a Economia, por assim dizer, como assunto exclusivo do *fazer* ou da *técnica*.

Baseada em Smith, a *teoria econômica* posterior – sobretudo a teoria *neoclássica*, incluindo o *neoliberalismo* – considera o Mercado instância *absoluta* de regulação do *fazer* econômico. Não há, entretanto, a preocupação que tivera Smith em fundamentar o equilíbrio social no *agir econômico* a partir do indivíduo *naturalmente* moral.

A partir da crítica kantiana, a Moral e a Ciência passam a ser novamente tematizadas no interior da Razão. Não mais prevalece a teoria do sentimento moral (*moral sense*) na qual Smith se baseara para justificar que a Moral não pudesse entrar como pressuposto de qualquer ciência sob cujo rigor demonstrativo apenas o *fato* empírico podia expressar; e, em que o valor moral, por ser expressão de sentimento, comprometesse, então, a isenção necessária à observação científica do fato.

A crítica kantiana recupera o princípio racional de moralidade porque identifica o seguinte paradoxo no qual incorreria Smith e o empirismo em geral, ao pretender separar Moral e Ciência. Ele consiste em entregar o destino da moralidade - um domínio social por excelência - ao sentimento, isto é, uma afecção *privada* no interior da subjetividade *sempre* induzida pelo objeto imediato. Este caráter *privado* de afecção, atributo essencial do sentimento, retira do *empirismo* o pressuposto essencial de sociabilidade: a universalidade. E além de não poder legislar *universalmente*, o caráter privado de afecção torna impositiva a decisão moral provinda do sentimento, inviabilizando a outra condição essencial de toda moralidade: a liberdade de escolha.

Em vista da crítica kantiana, a ciência econômica de Smith torna-se descontextualizada. Então, a teoria econômica *liberal* teria de tematizar a validade ou não do postulado da Razão como princípio de ciência e de moral em lugar de adotar como *inquestionáveis* o fato de Mercado e a liberdade de mercado.

Pois, a “virada” kantiana na Ciência torna imperativo justificar o fato absoluto do Mercado como preceito básico de *ciência* cuja lógica empírica *a posteriori* destitui de fundamento racional a organização econômica.

E a “virada” kantiana da moral pressupõe a Liberdade no domínio da razão prática, recuperando seu estatuto *livre* no sentido socrático de autodomínio. Pois, sem Liberdade nesta acepção, não há princípio de escolha inerente ao domínio moral. E, sem tal princípio de autonomia moral, a propalada *livre iniciativa*, como se denomina a decisão do agir econômico no sistema liberal, é uma *falácia* porque não pode ser livre ou autônomo o que se expressa no fato absoluto de Mercado.

Kant restabelece o *primado* da Razão na Ciência e na Ética quando os empiristas pensavam que o sentimento o havia revogado embora, no *vácuo* do solipsismo e do formalismo da moralidade e da ciência kantianas, permaneça em vigência o *positivismo* nas Ciências Humanas e Sociais e o uso do Desejo em nome da Liberdade para justificar a moral utilitarista e hedonista da cultura contemporânea.

Por isso, é preciso recorrer a Aristóteles em cujo primado da práxis se fundamenta o agir econômico o qual institui o princípio de *intencionalidade* na Economia. Nesta acepção praxiológica, atua o

agente racional da Economia – através dos atributos exclusivos da condição humana, Razão e Liberdade – o qual faz subsumir o que se subordinaria à manipulação *irracional* de um fazer econômico sujeito ao caráter aleatório da “mão invisível” do Mercado.

Daí se conclui por Aristóteles que as fontes de validade do Mercado são originárias da Moral e da Política, onde prevalece a racionalidade prática, e o cálculo é convencional ou *analógico*. Por isso, não se pode atribuir ao Mercado a objetividade técnica de ciência naturalmente expressa em cálculo exato. Marx não interpretou corretamente o valor econômico de Aristóteles, traído pela metafísica cartesiana do cálculo exato desse valor. E, com isso, deixou de denunciar o pressuposto *irracional* do mercado na organização do modo de produção capitalista embora tenha identificado, como nenhum crítico até hoje, as contradições fundamentais desse sistema econômico.

Transformado em princípio absoluto, o Mercado, ao contrário do que afirma a teoria econômica liberal, é a principal fonte de desequilíbrio socioeconômico. O testemunho das políticas neoliberais da última década comprova que o Mercado por si só agravou os indicadores sociais, aumentando a exploração econômica e o sofrimento dos povos. Decretar a morte do Mercado, entendido como princípio regulador da macro-economia que submete a instância político-institucional das nações ao seu imperativo, é, portanto, tarefa urgente a ser empreendida pelo agir econômico, em nome da Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Obras completas*. Madri: Aguilar, s/d.

ASSMANN, Hugo. HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do mercado; ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989.

BERTI, Enrico. *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Loyola, 1997.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1998.

DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Nova Cultural, 1984. (Os pensadores).

DESCARTES, René. *Princípios de filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1989.

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. Aristóteles e o agir econômico. In: *Síntese*; Nova Fase, São Paulo, Loyola, v. 25, n. 81, p.233-248, abr.-jun. 1998.

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. Bibliografia. (Resenha dos livros *Aristotle's economic thought*, de Scott Meikle, e *The moral economy of labor*, de James Bernard Murphy) in: *Síntese*, Nova Fase. São Paulo, Loyola, v. 2, n. 78, p.429-431, jun.-set. 1997.

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. Ética e economia. *Síntese*, Nova Fase. Belo Horizonte, v. 23, n. 72, p.113-118, jan.-mar. 1996. (Resenha de OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.)

DRUMMOND, Arnaldo Fortes. *Ética e economia*; abordagem da ontologia do agir econômico, 1997. Dissertação (Mestrado, digit.) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (cap. 1).

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Lisboa: Edições 70, 1989.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl. *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 6 v.

MARX, Karl. *Teoria de la plusvalia*. Madrid: Alberto Corazón Editor, s/d. v. 1.

MEIKLE, Scott. *Aristotle's economic thought*. New York: Claredon Press Oxford, 1995.

MURPHY, James Bernard. *The moral economy of labor; aristotelian themes in economic theory*. New Haven and London: Yale University Press, 1993.

PLATON. *Obras completas*. Traducción del griego, preámbulos y notas por Maria Araujo et all. Madrid: Aguilar. s/d. 2 v.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REALE, Giovanni. Ensaio introdutório (texto grego com tradução e comentário). In: ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução do italiano de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002. 3 v.

SCHUMPETER, J. A. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1964. 3 v.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. 3. ed. Trad. Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. Introd. Edwin Cannan. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 2v.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. Trad. Lya Luft. Biografia crítica de Dugald Stewart. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STEWART, Dugald. Biografia crítica. In: SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.